



GT 68. Práticas estatais, modalidades de gestão e feixes de poder

Coordenador(es):

João Paulo Macedo e Castro (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

José Gabriel Silveira Corrêa (UFCEG)

Sessão 1

Debatedor/a: Roberta Sampaio Guimarães (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Sessão 2

Debatedor/a: Katiane Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará)

A proposta deste GT é reunir estudos de diferentes matizes que tenham como campo de reflexão os feixes de relações de poder que ordenam, produzem, e reverberam práticas estatais. Visamos debater as relações entre setores da administração pública e aqueles que em distintos contextos de pesquisa podem ser classificados a partir de categorias como “usuários”, “empresários”, “pleiteantes”, “parceiros”, “especialistas” “atingidos”, “vítimas” etc. Serão especialmente de nosso interesse as análises que reflitam sobre a produção de mecanismos de assujeitamento e de modalidades de gestão e identificação de grupos e segmentos sociais através das práticas e discursos estatais. Para nortear o debate, sugerimos três eixos temáticos: 1. Projetos de desenvolvimento, projetos de cooperação e grandes empreendimentos; 2. Políticas de reconhecimento, memória e reparação; 3. Mercado, corporações, intermediários sociais e mediadores culturais.

"This is my Land and this is my Home?: conflitos e narrativas entre a vila beduína Al-Araqib e o Estado de Israel

Autoria: Marina Bozzetto (USP - Universidade de São Paulo)

Este work tem como objetivos contextualizar a relação que se estabelece entre os beduínos da vila Al-Araqib e o Estado de Israel e confrontar as narrativas que se constroem a respeito das terras e do ?outro?. Como objetivo mais amplo, analisar os discursos utilizados pelos políticos de Israel sobre os beduínos e como eles justificam as políticas públicas para esse grupo, e, por fim, como os beduínos da vila Al-Araqib constroem discursos a respeito do Estado. Visa-se assim discorrer sobre como são mobilizados discursos e categorias a respeito de si e do ?outro? para suas reivindicações e as categorias que são utilizadas para marcar as diferenças entre os grupos em disputa. Como recorte, objetivo analisar processos de construção política de seus habitantes a partir de como a nomeação de um dos sujeitos marca diferenças legais, políticas e de direitos. Como métodos, serão confrontadas as narrativas dos grupos a partir de análise de testemunhos e arquivos legais em sites oficiais do governo, jornais locais acessíveis na internet e arquivos online sobre a terra do Negev, assim como a partir de revisões bibliográficas. Já para analisar as categorias de diferenciação, será feita revisão bibliográfica de textos que marcam as áreas de construção e representação da nação e do eu-nação, e a partir da área dos marcadores sociais da diferença e de como eles operam no contexto em questão como dispositivos de poder que reconhecem ou não, e legitimam ou não um direito.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: